

II.5.B – Legislação Ambiental

O Termo de Referência ELPN/IBAMA n° 051/02 foi elaborado com a finalidade de nortear o diagnóstico ambiental pertinente à atividade de perfuração e escoamento de petróleo e gás no Campo de Siri, Bacia Potiguar, enfatizando as determinações legais referentes ao meio ambiente que deverão ser atendidas.

Com o intuito de obter a emissão da Licença de Instalação (LI), o presente estudo ambiental enfatiza as determinações legais referentes ao meio ambiente que deverão ser atendidas em sua totalidade, em especial as Resoluções do CONAMA n° 23/1994 e n° 237/1997, que referenciam os procedimentos para as atividades petrolíferas.

Licenciamento Ambiental

A Lei n° 6.938/1981 que definiu a Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA, lança as bases dos instrumentos de licenciamento ambiental e define sua obrigatoriedade e fala sobre as etapas de um licenciamento. No mesmo sentido a Resolução CONAMA n° 237/1997 expande a definição dessas etapas e inclui o grau de competência dos Órgãos ambientais quanto ao licenciamento.

A Resolução CONAMA n° 23/1994 considerou também, a necessidade de serem estabelecidos critérios específicos para o licenciamento ambiental visando um melhor controle e gestão ambiental das atividades relacionadas à exploração e lavra das jazidas de petróleo e gás natural. Nesse sentido, foram estabelecidas as licenças ambientais, sendo a concessão das mesmas subsidiadas pelos respectivos estudos ambientais.

O artigo 4° da mesma Resolução, estabelece a competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA para o licenciamento ambiental de empreendimento e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional. Destacou, dentre outras, atividades realizadas no mar territorial, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, bem como de atividades localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais estados.

O § 2º, do mesmo artigo, ressalva a competência supletiva do IBAMA, o qual pode delegar aos estados o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional, uniformizando assim as exigências.

Para dar subsídio ao licenciamento deste projeto foi determinado, pelo IBAMA, a elaboração do presente Relatório de Avaliação Ambiental, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 23/1994.

Lei de Crimes Ambientais e Responsabilidade

A Lei de Crimes Ambientais nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, entrou em vigor em 30 de março de 1998, não só trata de sanções criminais, mas também das administrativas. A Lei sistematizou adequadamente as normas de direito penal ambiental, possibilitando o seu conhecimento pela sociedade e a sua execução pelos entes estatais.

A referida lei introduziu no ordenamento jurídico, de forma clara e objetiva, a responsabilidade penal da pessoa jurídica, prevendo tipos e sanções bem definidas, diversas daquelas que só se aplicam à pessoa física. Além de tipificar penalmente inúmeras outras condutas como lesivas à natureza, adota princípios ramificados nas principais convenções mundiais, no encalço de sua preservação e na busca de um progresso economicamente sustentável.

Em relação à responsabilidade do empreendedor, a licença ambiental, não o libera de seu dever de reparar o dano ambiental, se ocorrer. Em conformidade com Paulo Affonso Leme Machado, a licença ambiental, “se integralmente regular, retira o caráter de ilicitude administrativa do ato, mas não afasta a responsabilidade civil de reparar”. (*Machado, 1996*).

Resíduos Sólidos e Efluentes

Os efluentes e resíduos gerados na atividade, devem ser corretamente gerenciados e ter uma destinação final de acordo com os parâmetros definidos pela legislação brasileira, normas e convenções internacionais e procedimentos operacionais. O gerenciamento inadequado destes pode provocar impactos

ambientais significativos, razão pela qual este assunto vem se tornando uma preocupação de caráter mundial.

Até o momento há várias resoluções que tratam do assunto, mas não existe uma política nacional baseada em uma legislação para incentivar avanços nessa área.

Para suprir esta ausência, o CONAMA emitiu em 1988 sua resolução de nº 06, a qual determina a obrigatoriedade do controle de resíduos no âmbito do licenciamento ambiental e a apresentação por parte das empresas do inventário e destinação dos seus resíduos.

De caráter mais específico, a Resolução CONAMA nº 05/1993 trata dos resíduos sólidos gerados nos portos, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários e estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, definindo critérios de classificação e gerenciamento adequado dos mesmos.

O CONAMA estabeleceu diversas resoluções visando um maior controle sobre o processo de produção e de destruição do lixo, podendo destacar as de nº 09/1993 e 257/1999 que obrigam o refino dos óleos lubrificantes usados e do descarte de pilhas e baterias, respectivamente.

No que se refere aos efluentes a Resolução CONAMA nº 20/1986, revogada pela Resolução CONAMA nº 357/2005, estabeleceu a classificação das águas, de acordo com seus usos, bem como padrões para o lançamento de efluentes em corpos hídricos. Entretanto, no caso das atividades *offshore*, os critérios e padrões estabelecidos pela MARPOL são aplicados.

A seguir encontra-se listada a legislação atualizada com leis, decretos e resoluções que disciplinam a atividade em questão.

Royalties

Quando o petróleo e o gás natural são extraídos da plataforma continental, os royalties são devidos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios confrontantes com os poços produtores.

Baseando-se na atividade a ser desenvolvida, aplica-se a Lei nº 7.990/1989, regulamentada pelo Decreto nº 01/1991, que assegurou o pagamento de royalties

aos municípios onde se localizassem instalações marítimas ou terrestres de embarque e desembarque de petróleo e/ou gás natural.

Educação Ambiental

A Lei nº 9795, de 1999, dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, que reconhece a educação ambiental como um componente essencial e permanente no processo educativo, formal e/ou não-formal, como orientam os artigos 205 e 255 da Constituição Federal.

A Política Nacional de Educação Ambiental é uma proposta de educação ambiental em todos os setores da sociedade. Diferente das outras leis, ela não estabelece regras ou sanções, mas sim responsabilidades e obrigações.

A seguir encontra-se listada a legislação atualizada com leis, decretos e resoluções que disciplinam a atividade em questão, em dois diferentes níveis, federal e estadual, considerando separadamente os estados do Rio Grande do Norte e Ceará.

Legislação Federal - Ordem Cronológica

Meio Ambiente

a) Meio Ambiente - Políticas Nacionais e Legislação Geral

Constituição Federal

Promulgada em 05 de outubro de 1988

Leis

Lei nº 6.340/1976

Estabelece o regime especial para o aproveitamento das jazidas de substâncias minerais em áreas específicas objeto de pesquisa ou lavra de petróleo, e dá outras providências.

Lei nº 6.437/1977

Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

Lei nº 6.938/1981

Dispõe sobre a política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e institui o Cadastro de Defesa Ambiental. (Regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06.06. 1990; alterada pela Lei nº 7.804/1989) e pela Lei nº 8.028/1990.

Lei nº 7.347/1985

Institui a Ação Civil Pública como parte do processo para se efetivar a responsabilidade por danos ao meio ambiente.

Lei nº 7.735/1989

Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.

Lei nº 7.797/1989

Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Lei nº 9.478/1997

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional de Petróleo, e dá outras providências.

Lei nº 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Alterada pelas Medidas Provisórias nº 1.710, de 07.08. 1998; 1.710-1, de 08.09. 1998; 1.710-2, de 25.02. 1999.

Lei nº 9.636/1998

Dispõe sobre a Administração de Áreas de Patrimônio da União.

Lei nº 9.782/1999

Define o Sistema de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências.

Lei nº 9.795/1999

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei nº 9.966/2000

Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

Lei nº 9.990/2000

Prorroga o período de transição previsto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a Política Energética Nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo.

Lei nº 10.165/2000

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Lei nº 10.202/2001

Altera o art. 10 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a Política Energética Nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e acresce dispositivos ao art. 10 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis e estabelece sanções administrativas.

Decretos

Decreto nº 96.000/1988

Dispõe sobre a Realização de Pesquisa e Investigação Científica na Plataforma Continental e em Águas sob jurisdição Brasileira, e sobre Navios e Aeronaves de Pesquisa Estrangeiros em Visita aos Portos e Aeroportos Nacionais, em Trânsito nas Águas Jurisdicionais Brasileiras ou no Espaço Aéreo Sobrejacente.

Decreto nº 2.455/1998

Implanta a Agência Nacional do Petróleo – ANP, autarquia sob regime especial, aprova sua Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança e dá outras providências.

Decreto nº 2.953/1999

Dispõe sobre o procedimento administrativo para aplicação de penalidades por infrações cometidas nas atividades relativas à indústria do petróleo e ao abastecimento nacional de combustíveis, e dá outras providências.

Decreto nº 3.179/1999

Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Decreto nº 3.520/2000

Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE e dá outras providências.

Decreto nº 3.524/2000

Regulamenta a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências.

Decreto nº 4.136/2000

Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências.

Decreto nº 3.919/2001

Acrescenta artigo ao Decreto nº 3.179/1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Resoluções

Resolução CONAMA nº 01/1988

Estabelece critérios e procedimentos básicos para a implementação do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, previstos na Lei nº 6.938/1981.

Resolução CONAMA n° 24/1996

Dispõe sobre recursos administrativos interpostos, de autos de infração lavrados pelo IBAMA.

Resolução CNRH n° 15/2001

Dispõe sobre a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Portarias

Portaria IBAMA n° 113/1997

Dispõe sobre o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadores de Recursos Ambientais.

b) Legislação específica: Licenciamento Ambiental

Resoluções

Resolução CONAMA n° 01/1986

Dispõe sobre a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.

Resolução CONAMA n° 06/1986

Aprova os modelos para publicação de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão e aprova os novos modelos para publicação.

Resolução CONAMA n° 09/1987

Dispõe sobre as audiências públicas.

Resolução CONAMA n° 03/1994

Institui normas específicas para o licenciamento de atividades relacionadas à exploração e lavra de jazidas de combustíveis líquidos e gás natural.

Resolução CONAMA n° 23/1994

Institui procedimentos específicos para o licenciamento das atividades relacionadas à exploração e lavra das jazidas de combustíveis líquidos e gás natural.

Resolução CONAMA n° 237/1997

Revisa os procedimentos e critérios utilizados no licenciamento como instrumento de gestão ambiental. Esta resolução complementa e altera a de n° 001/1986.

Resolução CONAMA n° 281/2001

Dispõe sobre modelos de publicação de pedidos de licenciamento.

Resolução CNRH n° 15/2001

Dispõe sobre a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Resolução Conjunta ANAEEEL/ANATEL/ANP n° 02/2001

Aprova o Regulamento Conjunto de Resoluções de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo.

PortariasPortaria IBAMA n° 01/1990

Institui a cobrança no fornecimento de Licença Ambiental, e dá outras providências.

Portaria IBAMA n° 84/1996

Estabelece procedimentos junto ao IBAMA, para registro e avaliação do potencial de periculosidade ambiental.

Portaria IBAMA n° 113/1997

Dispõe sobre o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.

Portaria IBAMA n° 15/1998

Dispõe sobre a Renovação de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou utilizadoras de Recursos Ambientais.

Portaria IBAMA n° 166-N/1998

Cria o Escritório de Licenciamento das atividades de Petróleo e Nuclear – ELPN, vinculado ao Programa de Análise e Licenciamento Ambiental, instituído pela Portaria IBAMA n° 16/1998, localizado na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

Portaria MINJUST n° 388/1998

Aprova o Regimento Interno da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis – CONPORTOS.

c) Legislação específica: Fiscalização e Auditoria Ambiental

Portarias

Portaria ANP n° 123/2000

Estabelece o Regulamento Técnico do Programa Anual de Trabalho e Orçamento para os campos de Petróleo e Gás Natural, que dispõe sobre as questões relacionadas com o acompanhamento e fiscalização das atividades de produção, de acordo com o estabelecido na Seção V, art. 43, inciso III, da Lei n° 9.478, de agosto de 1997, definindo o conteúdo e estabelecendo procedimentos quanto à forma de sua apresentação.

d) Legislação específica: Poluição Marinha

Leis

Lei n° 5.318/1967

Estabelece penalidades para embarcações e terminais marítimos ou fluviais que lançarem detritos ou óleo em águas brasileiras, e dá outras providências.

Lei n° 9.966/2000

Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas de jurisdição nacional e dá outras providências.

Lei n° 10.166/200

Altera a Lei n° 7.542, de 26 de setembro de 1986, que dispõe sobre a pesquisa, exploração. Remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências.

Decretos Legislativos

Decreto Legislativo n° 74/1976

Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo.

Decreto Legislativo nº 60/1995

Aprova o Texto da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios de 1973, de seu Protocolo de 1978, de suas Emendas de 1984 e de seus Anexos Opcionais III, IV e V.

Decretos

Decreto nº 50.877/1961

Dispõe sobre o lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos nas águas interiores ou litorâneas do País e dá outras providências.

Decreto nº 79.437/1977

Promulga a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, 1969.

Decreto nº 83.540/1979

Regulamenta a aplicação da convenção internacional sobre a responsabilidade civil em danos causados por poluição por óleo.

Decreto nº 87.566/1982

Promulga o texto da Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e Outras Matérias, concluída em Londres, a 29 de dezembro de 1972.

Decreto nº 1.530/1995

Declara a entrada em vigor da Convenção das nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay, Jamaica, em dezembro de 1982.

Decreto nº 2.508/1998

Promulga a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios, concluída em Londres, em 17 de fevereiro de 1978, suas Emendas de 1984 e seus Anexos Opcionais III, IV e V.

Decreto nº 2.870/1998

Promulga a Convenção sobre preparo, resposta e cooperação em caso de Poluição por Óleo, 1990.

Decreto nº 9.928/2000

Promulga o Protocolo de Montreal.

Decreto nº 4.136/2002

Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências.

Portarias

Portaria DPC nº 46/1996

Aprova diretrizes para a implementação do Código Internacional de Gerenciamento para Operação Segura de Navios e para a prevenção de Poluição (Código Internacional de Gerenciamento de Segurança – Código ISM).

Portaria DGN nº 28/1997

Aprova as Normas para Pesquisa, exploração de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de Marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar – (NORSUB).

Portaria IBAMA nº 28/2001

Cria o Programa Nacional de Vigilância para Prevenção e Monitoramento de Derrames de Óleo com finalidade de dar cumprimento às atribuições do IBAMA.

e) Legislação específica: Gerenciamento Costeiro

Leis

Lei nº 7.661/1988

Institui o Plano de Gerenciamento Costeiro.

Lei nº 8.617/1993

Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica e a plataforma continental brasileiras.

Lei nº 9.537/1997

Dispõe sobre a Segurança do Tráfego Aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

Decretos

Decreto n° 28.840/1950

Declara integrada ao Território Nacional a Plataforma Submarina, na parte correspondente a esse território.

Decreto 62.837/1968

Dispõe sobre exploração e pesquisa na plataforma submarina do Brasil, nas águas do mar territorial e nas águas interiores e dá outras providências.

Decreto n° 87.648/1982

Aprova o Regulamento para Tráfego Marítimo.

Decreto n° 1.265/1994

Estabelece a Política Marítima Nacional.

Decreto n° 2.956/1999

Aprova o V Plano Setorial para os Recursos do Mar (V PSRM).

Resoluções

Resolução CONAMA n° 05/1997

Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II (PNGCII).

Resolução CIRM n° 4/1997

Aprova o Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMPLOC), e dá outras providências.

Portarias

Portaria Ministerial n° 60/1995

Cria a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

NORMANS

NORMAN – 01/1998 – Marinha do Brasil – DPC

Dispõe sobre normas da autoridade marítima para embarcações empregadas na navegação de mar aberto, incluindo plataformas de perfuração, produção e de armazenamento de óleo.

NORMAN – 04/1998 – Marinha do Brasil – DPC

Dispõe sobre a operação de embarcações estrangeiras em águas sob jurisdição nacional.

NORMAN – 07/ 2003 Marinha do Brasil – DPC

Dispõe sobre normas da autoridade marítima para atividades de inspeção naval.

NORMAN – 08/2003 Marinha do Brasil – DPC

Dispõe sobre normas da autoridade marítima para tráfego e permanência de embarcações em águas sob jurisdição nacional.

NORMAN – 11/ 2004 Marinha do Brasil – DPC

Dispõe sobre normas obras, dragagens, pesquisa e lavra de minerais sob, sobre e às margens das águas sob jurisdição nacional.

f) Legislação específica: Recursos Hídricos

Leis

Lei nº 9.433/1997

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX, do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13.03.1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28.12.89.

Lei nº 9.984/2000

Dispõe sobre a criação da Agência Nacional das Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos.

Decretos

Decreto nº 24.643/1934 – Código de Águas

Institui o Código das águas. Alterado, parcialmente, pela Lei nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos.

Resoluções

Resolução CONAMA nº 357/2005

Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes para seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.

Resolução CONAMA n° 274/2000

Dispõe sobre a classificação das águas doces, salobras e salinas, em todo o Território Nacional, bem como determina os padrões de lançamento.

g) Legislação específica: Emissões Atmosféricas

Decretos Legislativos

Decreto Legislativo n° 91/1989

Aprova os textos da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, de 1985 e do Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a Camada de Ozônio, de 1987.

Decreto Legislativo n° 32/1992

Aprova o texto das Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio, adotadas em Londres, em 29 de junho de 1990.

Decreto Legislativo n° 51/1996

Aprova o texto das Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio, adotadas em Copenhague, em 25 de novembro de 1992.

Decretos

Decreto n° 181/1991

Promulga os Ajustes ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio, de 1987.

Resoluções

Resolução CONAMA n° 05/1989

Institui o Programa Nacional de controle da Qualidade do Ar – PRONAR – e dá outras providências.

Resolução CONAMA n° 03/1990

Dispõe sobre a qualidade do ar e define padrões.

Resolução CONAMA nº 08/1990

Estabelece, em nível nacional, limites máximos de emissão de poluentes do ar para processos de combustão externa em fontes novas fixas de poluição.

h) Legislação específica: Gerenciamento de Resíduos

Decretos

Decreto nº 875/1993

Promulga o texto da Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu depósito.

Resoluções CONAMA

Resolução CONAMA nº 06/1988

Estabelece a classificação de resíduos em três categorias, a saber: perigosos, não-perigosos e inertes. Define os requisitos para o gerenciamento e disposição adequada de resíduos, segundo esta classificação.

Resolução CONAMA nº 05/1993

Define as condições para o gerenciamento e disposição de resíduos de serviços médicos, instalações portuárias e terminais de transporte.

Resolução CONAMA nº 09/1993

Determina que todo óleo lubrificante usado ou contaminado será obrigatoriamente recolhido e terá uma destinação adequada de forma a não afetar negativamente o meio ambiente, e dá outras providências.

Resolução CONAMA nº 37/1994

Dispõe sobre os resíduos perigosos.

Resolução CONAMA nº 23/1996

Estabelece critérios para importação / exportação de resíduos sólidos, estabelecendo ainda a classificação desses resíduos.

Resolução CONAMA nº 257/1999

Disciplina o descarte e gerenciamento ambientalmente adequado de pilhas e baterias que contenham em sua composição chumbo, cádmio e mercúrio.

Resolução CONAMA n° 283/2001 (nova edição 2005) e ANVISA n°306/2004

Estabelece nova classificação e define os resíduos de serviços de saúde que devem ser tratados antes da disposição final, em aterros sanitários licenciados. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

Portarias

Portaria Ministerial n° 53/1979

Dispõe sobre o destino e tratamento de resíduos.

Portaria ANP n° 81/1999

Dispõe sobre o refino de óleos lubrificantes usados ou contaminados, e dá outras providências.

Portaria ANP n° 125/1999

Regulamenta a atividade de recolhimento, coleta e destinação final do óleo lubrificante usado ou contaminado.

Portaria ANP n° 127/1999

Regulamenta a atividade de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado a ser exercida por pessoa jurídica sediada no País, organizada de acordo com as leis brasileiras.

Portaria ANP n° 01/2000

Homologa a Resolução CONAMA 257, de 30 de junho de 1999.

Portaria ANP n° 71/2000

Altera a Portaria ANP n° 125, de 30/07/99, que regulamenta a atividade de recolhimento, coleta e destinação final do óleo lubrificante usado ou contaminado.

NBRs

NBR 10004/1987 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT

Estabelece a classificação de resíduos em três categorias, a saber: perigosos, não-perigosos e inertes. Define os requisitos para o gerenciamento e disposição adequada de resíduos, segundo esta classificação.

NBR 12235/1992 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT

Dispõe Armazenagem de Resíduos Sólidos Perigosos

NBR 9191/93 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT

Dispõe sobre os sacos plásticos para acondicionamento de lixo - Requisitos e métodos de ensaio.

j) Legislação específica: Poluição Sonora

Resoluções

Resolução CONAMA n° 01/1990

Dispõe sobre a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, determinando critérios, padrões e diretrizes.

NBRs

NBR 10152/1987 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT

Estabelece os níveis de ruídos para conforto acústico.

j) Legislação específica: Armazenamento / transporte de produtos perigosos

Decretos

Decreto Lei n° 96.044/1988

Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, e dá outras providências.

Decreto n° 4.097/2002

Altera a redação dos artigos 7° e 19° dos Regulamentos para os transportes rodoviário e ferroviário de produtos perigosos, aprovados pelos Decretos n° 96.044, de 18 de maio de 1988, e 98.973, de 21 de fevereiro de 1990, respectivamente.

Resoluções

Resolução CNP n° 08/1971

Estabelece as Instruções Gerais e a Norma Brasileira para Armazenamento de Petróleo e seus Derivados Líquidos sob a denominação: CNP – ABNT – IBP (P. NB-216).

Resolução CONAMA n° 001-A/1986

Estabelece normas gerais relativas ao transporte de produtos perigosos.

Resolução CONAMA n° 06/1988

Estabelece a classificação de resíduos em: perigosos, não-perigosos e inertes. Define requisitos para o gerenciamento e disposição adequada dos resíduos assim classificados.

Portarias

Portaria MT n° 204/1997

Dispõe sobre o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Portaria MT n° 101/1997

Altera a Portaria MT n° 204/97, que dispõe sobre o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Instruções Normativas

Instrução de Serviço DNER s.n°/1990

Instrução sobre os procedimentos dos diversos setores do DNER envolvidos na aplicação e fiscalização do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos

Normas da ABNT

Norma ABNT – NBR n° 7.500

Dispõe sobre o símbolo de risco e manuseio para o transporte e armazenamento de materiais.

Norma ABNT – NBR n° 7.501

Dispõe sobre o transporte de produtos perigosos.

Norma ABNT – NBR n° 7.502

Dispõe sobre transporte de cargas perigosas por classificação.

Norma ABNT – NBR n° 7.503

Dispõe sobre a ficha de emergência para o transporte de produtos perigosos – características e dimensões.

Norma ABNT – NBR n° 7.504

Dispõe sobre o envelope para transporte de produtos perigosos – características e dimensões.

Norma ABNT – NBR n° 8.285

Dispõe sobre o preenchimento da ficha de emergência para o transporte de produto perigoso.

Norma ABNT – NBR n° 8.286

Dispõe sobre o emprego da sinalização nas unidades de transporte e de rótulos nas embalagens de produtos perigosos.

Norma ABNT – NBR n° 1.183

Dispõe sobre o armazenamento de resíduo.

Norma ABNT – NBR n° 10.004

Estabelece a classificação de resíduo sólido.

Norma ABNT – NBR n° 11.174 (NB 1.264)

Dispõe sobre o armazenamento de resíduo classe II – não inerte e classes III - inertes.

Norma ABNT – NBR n° 12.235 (NB 1.264)

Dispõe sobre o armazenamento de resíduo perigoso.

Norma ABNT – NBR n° 13.221

Dispõe sobre o transporte de resíduo.

Norma ABNT – NBR n° 12.808

Estabelece a classificação de resíduo de serviço de saúde.

Norma ABNT – NBR n° 12.801

Estabelece a coleta de resíduo de serviço de saúde.

k) Legislação específica: Fauna e floraLeisLei n° 4.771/1965

Dispõe sobre Código Florestal

Lei n° 5.197/1967

Dispõe sobre a proteção à Fauna.

DecretosDecreto n° 24.645/1934

Estabelece medidas de proteção aos animais.

Decreto n° 97.633/1989

Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção à Fauna – CNPF.

Resoluções

Resolução CONAMA n° 11/1987

Declara como unidades de conservação as categorias de sítios ecológicos de relevância cultural, criadas por atos do poder público.

Resolução CONAMA n° 10/1996

Regulamenta o licenciamento ambiental em praias onde ocorre a desova de tartarugas marinhas.

Portarias

Portaria n° 5-N/1986

Proíbe a captura de tartarugas marinhas.

Portaria n° N-11/1986

Proíbe, nas águas sob jurisdição nacional, a perseguição, caça, pesca ou captura de pequenos Cetáceos, Pinípedes e Sirênios.

Portaria IBAMA n° 1.522/1989

Estabelece a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira ameaçada de Extinção.

Portaria IBAMA n° 186/1990

Institui o TAMAR.

Portaria IBAMA n° 31-N/1991

Define a Zona de Vida Silvestre em APA's – tartarugas.

Portaria n° 40-N/1991

Institui o Centro Nacional de Conservação e Manejo de Sirênios.

Portaria n° 2.097/1994

Cria o “Grupo de Trabalho Especial de mamíferos Aquáticos”.

Portaria IBAMA n° 11/1995

Proíbe iluminação em faixa de praia onde haja desova de tartaruga .

Portaria n° 117/1996

Regulamenta as observações de grandes cetáceos em ambiente natural.

Portaria nº143-N/1998

Institui o Centro Nacional de Pesquisa, Conservação e Manejo de Mamíferos Aquáticos – Centro Mamíferos Aquáticos, com atuação em todo o território nacional.

Portaria nº 98/2000

Normatiza a manutenção em cativeiro, o manejo e o uso de mamíferos aquáticos da fauna silvestre brasileira ou exótica.

1) Legislação específica: Unidades de Conservação

Leis

Lei nº 6.902/1981

Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, Regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90. Alterada parcialmente pela Lei nº 7.804/1989.

Lei nº 9.985/2000

Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Decretos

Decreto nº 89.336/1984

Dispõe sobre as reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico.

Decreto nº 90.379/1984

Cria a Área de Proteção Ambiental – APA de Jericoacoara. Localizada no litoral Norte do Estado do Ceará.

Decreto nº 99.274/1990

Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe, respectivamente, sobre a criação de Estações ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências.

Decreto s/nº de 05 de junho de 2003

Cria a Reserva Extrativista do Batoque. Localizada no município de Aquiraz.

Resoluções

Resolução CONAMA n° 04/1985

Estabelece definições e conceitos sobre Reservas Ecológicas.

Resolução CONAMA n° 12/1989

Proíbe, nas áreas de relevante interesse ecológico quaisquer atividades que possam por em risco o ecossistema.

Resolução CONAMA n° 13/1990

Dispõe que as atividades que possam afetar a biota de Unidades de Conservação serão definidas pelo órgão responsável por cada unidade de Conservação juntamente com os órgãos licenciadores e de Meio Ambiente.

m) Legislação específica: Saúde, segurança, medicina do trabalho e normas trabalhistas.

Leis

Lei n° 5.811/1972

Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refino de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos.

Lei n° 6.514/1977

Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho.

Decretos

Decreto n° 49.974A/1961

Regulamenta, sob a denominação de Código Nacional de Saúde, a Lei n° 2.312, de 3 de setembro de 1954, de “Normas Gerais Sobre Defesa e Proteção da Saúde”.

Decreto n° 93.413/1986

Promulga a Convenção n° 148 sobre a Proteção dos Trabalhadores Contra os Riscos Profissionais Devidos à Contaminação do Ar, ao Ruído e às Vibrações no Local de Trabalho.

Decreto nº 1.254/1994

Promulga a Convenção 155, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho, concluída em Genebra, em 22 de junho de 1981.

Decreto nº 2.648/1998

Promulga a Convenção nº 170 da OIT, relativa à Segurança na Utilização de Produtos Químicos no Trabalho, assinada em Genebra, em 25 de junho de 1990.

Decreto nº 2.671/1998

Promulga a Convenção nº 164 da OIT, sobre a Proteção da Saúde e a Assistência Médica aos Trabalhadores Marítimos, assinada em Genebra, em 8 outubro de 1987.

Portarias

Portaria MTb nº 3.214/1978

Aprova as Normas Regulamentadoras – NRs – do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

NR's

NR-1

Dispõe sobre a obrigação do Empregador em elaborar ordens de serviço sobre segurança e medicina, dando ciência aos empregadores.

NR-4

Dispõe sobre Serviço especializado em engenharia de segurança e em medicina do trabalho.

NR-5

Dispões sobre a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.

NR-6

Dispõe sobre os Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

NR-7

Dispõe sobre o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

NR-9

Dispõe sobre Programas de Prevenção de Riscos Ambientais.

NR-11

Dispõe sobre o transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais.

NR-12

Dispõe sobre máquinas e equipamentos.

NR-15

Dispõe sobre atividades e operações insalubres.

NR-16

Dispõe sobre atividades e operações perigosas.

NR-20

Dispõe sobre líquidos combustíveis e inflamáveis.

NR-21

Dispõe sobre o trabalho a céu aberto.

NR-23

Dispõe sobre a proteção contra incêndios.

NR-24

Estabelece condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.

NR-25

Dispõe sobre resíduos industriais.

NR-26

Dispõe sobre a sinalização de segurança.

NR-29

Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados das atividades de exploração, perfuração, produção e refino de petróleo, industrializado do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos.

n) Legislação específica: Normas operacionais / Procedimentos

Portarias

Portaria ANP n° 188/1998

Dispõe sobre a aquisição de dados aplicados à prospecção de petróleo (tal como alterada pela Portaria ANP n° 35, de 01 de março de 1999).

Portaria ANP 35/1999

Revoga os parágrafos 2º e 3º do art. 5º e altera o inciso II do art. 8º da Portaria ANP nº 188, de 18 de dezembro de 1998.

Portaria ANP nº 75/2000

Aprova o Regulamento que trata do procedimento para codificação de poços Perfurados com vistas à exploração ou produção de petróleo e/ou gás, anexo à presente Portaria.

Portaria ANP nº 76/2000

Aprova o Regulamento que trata do procedimento para reclassificação de poços Perfurados com vistas à exploração ou produção de petróleo e/ou gás, anexo à presente Portaria.

Portaria Conjunta ANP/INMETRO nº01/2000

Aprova o Regulamento Técnico do Programa Anual de Produção para os campos de Petróleo e Gás Natural, que dispõe sobre as questões relacionadas com o acompanhamento e fiscalização das atividades de produção de acordo com o estabelecido na seção V, art. 43, inciso VII, da Lei nº 9.478. de 06/08/97, definindo o conteúdo e estabelecendo procedimentos quanto à forma de sua apresentação, anexo à presente portaria.

Portaria ANP nº 114/2000

Regulamenta através desta Portaria, o acesso aos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras que compõem o acervo da ANP e as atividades de reprocessamento e de interpretação desses dados e informações, que serão exercidas por pessoas físicas residentes no Brasil e pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País.

Portaria ANP nº 249/2000

Aprova o Regulamento Técnico de Queimas e Perdas de Petróleo e Gás Natural, anexo à presente Portaria, que dispõe sobre as questões relacionadas com as queimas em flares e as perdas de gás natural, com os limites máximos de queimas e perdas autorizadas e não sujeitas ao pagamento de royalties e estabelece parâmetros para o controle das queimas e perdas de gás natural, de acordo com o instituído na Lei nº 9.478/97, e no Decreto nº 2.705/98.

Portaria ANP n° 259/2000

Aprova o Regulamento Técnico do Plano de Avaliação de Descobertas de Petróleo e/ou Gás Natural, anexo à presente Portaria, que define o objetivo, o conteúdo e determina os procedimentos quanto à forma de apresentação do mesmo, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 44, da Lei n° 9.478/97.

Portaria ANP n° 283/2001

Aprova o Regulamento Técnico ANP n° 4/2001, que estabelece os procedimentos para a coleta de amostras de rocha e de fluidos de poços perfurados pelos operadores nas bacias sedimentares brasileiras.

Portaria ANP n° 25/2002

Aprova o Regulamento de Abandono de poços perfurados com vistas à exploração ou produção de petróleo e/ou gás.

REVOGA: a Portaria ANP n° 176, de 29/10/1999

Instruções Normativas

Instrução Normativa IBAMA n° 01/2000

Estabelece critérios a serem adotados pelo IBAMA, para concessões de registro de dispersantes químicos, empregados nas ações de combate a derrames de petróleo e seus derivados no mar.

Resoluções

Resolução CNP n° 08/1971

Estabelece as Instruções Gerai e a Norma Brasileira para armazenamento de petróleo e seus derivados líquidos sob a denominação: CNP – ABNT – IBP (P.NB-216).

o) Legislação específica: Respostas a emergências

Leis

Lei n° 72.03/1984

Dispõe sobre assistência e salvamento de embarcações, coisa, ou bem, em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis internas.

Decretos Legislativos

Decreto nº 43/1998

Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em caso de Poluição por Óleo, 1990, concluída em Londres, em 30 de novembro de 1990.

Decretos

Decreto nº 2.870/1998

Promulga a Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em caso de Poluição em caso de poluição por óleo, assinada em Londres, em 30 de novembro de 1990.

Resoluções

Resolução CONAMA nº 06/1990

Determina que a produção, importação, comercialização e uso de dispersantes químicos empregados nas ações de combate aos derrames de petróleo e seus derivados somente poderá ser feita após prévia autorização e registro junto ao IBAMA.

Resolução CONAMA nº 265/2000

Determina ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA e aos órgãos municipais de meio ambiente e entidades ambientalistas não governamentais, a avaliação, no prazo de 240 dias, sob a supervisão do Ministério do Meio Ambiente, das ações de controle e prevenção e do processo de licenciamento ambiental das instalações industriais de petróleo e derivados localizadas no território nacional.

Resolução CONAMA nº 269/2000

Dispõe sobre a produção, importação, comercialização e uso de dispersantes químicos para as ações de combate aos derrames de petróleo e seus derivados no mar somente poderão ser feitos após a obtenção de registro do produto junto ao IBAMA, e dá outras providências.

Resolução CONAMA n° 293/2001

Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo originados em portos organizados, instalações portuárias ou terminais, dutos, plataformas, bem como suas respectivas instalações de apoio, e orienta a sua elaboração.

Portarias

Portaria IBAMA n° 64-N/1992

Estabelece critérios para concessão de registro provisório aos dispersantes químicos nas ações de combate a derrames de petróleo e seus derivados.

Portaria DPC n° 66/1998

Aprova as Normas da Autoridade Marítima para estabelecer condições e requisitos para concessão e delegação das atividades da assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem, em perigo no mar, nos portos e vias navegáveis interiores – NORMAM 16/2004.

Portaria ANP n° 03/2003

Estabelece o procedimento para comunicação de incidentes, a ser adotado pelos concessionários e empresas autorizadas pela ANP a exercer as atividades de exploração, produção, refino, processamento, armazenamento, transporte e distribuição de petróleo, seus derivados e gás natural, no que couber.

Portaria DSST n° 24/2001

Altera os subitens 23.10.4; 23.10.5 e 23.10.5.1, da Norma Regulamentadora 23 – Proteção Contra Incêndios, aprovada pela Portaria 3.214/78.

Normas

NORMAM-9/2004 Marinha do Brasil – DPC

TÍTULO I – Normas para instauração de inquéritos sobre acidentes e fatos da navegação.

TÍTULO II – Normas e procedimentos para instauração de inquérito administrativo, a que se refere à alínea c, do art. 9º, do regulamento da lei de segurança do tráfego aquaviário.

p) Legislação específica: Pesca

Leis

Lei nº 7.643/1987

Proíbe a pesca de cetáceos nas águas de jurisdição brasileira.

Lei nº 7.679/1988

Proíbe pesca em períodos de reprodução.

Decretos

Decreto nº 221/1967

Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Decreto nº 68.459/1971

Regulamenta a pesca, tendo em vista o aproveitamento racional e a conservação dos recursos vivos do mar territorial.

Decreto nº 1.694/1995

Cria o Sistema Nacional de Informações de pesca.

Portarias

Portaria SUDEPE nº 18-N/1984

Autorização científica de programa à pesca.

Portaria nº 18/1987

Dispõe sobre a pesca em caráter permanente.

Portaria nº 110-N/1992

Registro geral de pesca.

Portaria IBAMA nº 117/1996

Proíbe o molestamento de cetáceos em águas de jurisdição brasileira.

q) Legislação específica: Turismo

Leis

Lei nº 6.505/1977

Dispõe sobre as atividades e serviços turísticos; estabelece condições para seu funcionamento e fiscalização; altera a redação do art. 18, do Decreto-Lei nº 1.439, de 20 de dezembro de 1975, e dá outras providências.

Lei nº 6.513/1977

Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico.

Decretos

Decreto nº 86.176/1981

Regulamenta a Lei nº 6.513/1977.

r) Acordos / Convênios internacionais subscritos pelo Brasil

- Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), assinada pelo Brasil em 1982 em Montego, Jamaica, e ratificada em 1988 e que se encontra em vigor desde 16/11/94. A CNUDM, um dos maiores empreendimentos da história normativa das relações internacionais, dispõe sobre os usos dos espaços marítimos e de seus recursos. Regulamentada pelo Decreto Presidencial 1.530/95;
- Acordo relativo à implementação da Parte XI da CNUDM, em vigor desde 1996, que flexibilizou alguns dispositivos da CNUDM que dizem respeito aos recursos da “Área”, permitindo, dessa forma, que países de todos os blocos e regiões geográficas, até então reticentes, aderissem à Convenção;
- Agenda 21, adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, em 1992 (RIO- 92), cujo Capítulo 17 se dedica à proteção dos oceanos, de todos os tipos de mares e das zonas costeiras, e proteção, uso racional e desenvolvimento de seus recursos vivos;
- Convenção sobre Diversidade Biológica, também ratificada pelo Brasil e em vigor desde 1994, cujo objetivo é assegurar a manutenção da diversidade

biológica e promover a repartição justa e eqüitativa dos benefícios advindos do uso de recursos genéticos;

- Código de Conduta para a Pesca Responsável, aprovado na 18ª Reunião da FAO, em 1995, que apresenta um conjunto de diretrizes para as políticas do setor da pesca, baseado em princípios de uso sustentável e equilíbrio na distribuição dos benefícios econômicos;
- Acordo para a Implementação das Disposições da CNDUM sobre Estoque de Peixes Transzonais e de Peixes Altamente Migratórios, assinado pelo Brasil em 1977, que visa assegurar a conservação a longo prazo e o uso sustentável de estoque de peixes transzonais e altamente migratórios, instando a cooperação entre os Estados para este fim;
- Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL 1973/1978), cujos anexos I (regulamenta a prevenção da poluição por óleo) e II estão em vigor no Brasil desde 29/04/88, enquanto os anexos III, IV (regulamenta a prevenção da poluição por lixo) e V entraram em vigor só em 1998 (Dec. n° 2.508, de 04/03/98), possibilitando a aplicação integral desta Convenção no país, contendo regras para a proteção do meio ambiente nos mares e zonas costeiras, contra a poluição, para a eliminação da poluição internacional por óleo e outras substâncias nocivas e para a minimização dos despejos acidentais de tais substâncias;
- Convenção sobre a Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e outras Matérias (Convenção de Londres, 1972), objetivando “o controle efetivo de todas as fontes de contaminação do meio marinho, capazes de gerar perigos à saúde humana, prejudicar os recursos biológicos e a vida marinha, bem como danificar as condições ou interferir em outras aplicações legítimas do mar”. Promulgada pelo Decreto n° 87.566/82;
- Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação, em caso de Poluição por Óleo, 1990 (OPRC 90);
- Convenção Internacional de Bruxelas, sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo (CLC-1969). Regulamentada pelo Decreto Lei n° 83.540/79; Promulgada pelo Decreto Lei n° 79.437/77;
- Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seus Depósitos (Convenção de Basileia);

- Convenção de RAMSAR – Convenção Relativa às Áreas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de aves aquáticas, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 33/92;
- Convenção-Quadros das Nações Unidas sobre Mudança Climáticas, firmada no Rio de Janeiro, em 1992 e em vigor desde 1994, sendo de grande relevância para os oceanos. A compreensão mais abrangente do papel dos oceanos na formação do clima na Terra também condiciona as linhas de pesquisas consideradas prioritárias no PSRM. Esta Convenção foi regulamentada pelo Decreto Federal 2.652/98;
- Diretrizes gerais do Banco Mundial sobre padrões de lançamento e outros aspectos ambientais, de segurança e de saúde ocupacional em atividades de Exploração e Produção (E&P) de petróleo e gás em instalações “offshore”, 1995.

Legislação Estadual / RN - Ordem Cronológica

Meio Ambiente

a) Meio Ambiente - Políticas Nacionais e Legislação Geral

Constituição

Constituição Estadual do Rio Grande do Norte

Dispõe sobre o meio ambiente no Estado do Rio Grande do Norte, artigos 150 à 154.

Leis

Lei nº 5.147/1982

Dispõe sobre a Política e o Sistema Estadual de Controle e Preservação do Meio Ambiente, e dá outras providências.

Lei nº 6.678/1994

Cria o Fundo Estadual de Preservação do Meio Ambiente – FEPEMA, e dá outras providências.

Lei nº 7.059/1997

Cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Atividades do POLOGÁS – SAL (PROGÁS), e dá outras providências.

Lei Complementar nº 139/1996

Altera a Lei Complementar nº 129, de 02 de fevereiro de 1995, e dá outras providências. Institui o Órgão Ambiental do Estado o IDEC – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte.

Lei Complementar nº 140/1996

Regulamenta os artigos 150 e 154 da Constituição Estadual, e dá outras providências.

Lei Complementar nº 148/1996

Altera a Lei Complementar nº 140, de 26 de janeiro de 1996, e dá outras providências.

DecretosDecreto nº 8.600/1983

Aprova o Regulamento da Política e Sistema Estadual de Controle e Preservação do Meio Ambiente.

Decreto nº 8.718/1983

Cria a Coordenadoria do Meio Ambiente (CMA), e dá outras providências.

Decreto nº 10.582/1990

Cria o Sistema de controle Ambiental e Sanitário do Litoral (SCASL), e dá outras providências.

Decreto nº 13.799/1998

Aprova o Regulamento à Lei Complementar nº 140, de 26 de janeiro de 1996, que dispõe sobre a Política e o Sistema Estaduais de Controle e Preservação do Meio Ambiente, e dá outras providências.

Decreto nº 14.338/1999

Aprova o Regulamento do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA.

Decreto nº 14.922/2000

Institui a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências.

Decreto n° 15.117/2000

Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONEMA), e dá outras providências.

b) Legislação Específica: Poluição MarinhaDecretosDecreto n° 10.582/1990

Cria o Sistema de Controle Ambiental e Sanitário do litoral (SCASL), e dá outras providências.

c) Legislação Específica: Gerenciamento CosteiroLeisLei n° 6.950/1996

Dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, e dá outras providências.

Lei n° 7.871/2000

Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Oriental do Rio Grande do Norte e dá outras providências.

DecretosDecreto n° 7.237/1977

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, bens situados na área das dunas, adjacente ao Oceano Atlântico, no município de Natal.

d) Legislação Específica: Recursos HídricosLeisLei n° 6.367/1993

Institui o Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Lei nº 6.908/1996

Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos – SIGERH, e dá outras providências.

DecretosDecreto nº 9.100/1984

Enquadra cursos e reservatórios d'água do Estado na classificação estabelecida na Portaria nº 13, de 15 de janeiro de 1976, do Ministro do Interior, e dá outras providências.

e) Legislação Específica: Poluição SonoraLeisLei nº 6.621/1994

Dispõe sobre o controle da poluição sonora e condicionantes do meio ambiente no Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências.

f) Legislação Específica: Fauna e floraLeisLei nº 6.769/1995

Dispõe sobre a Política Florestal do Estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências.

DecretosDecreto nº 13.262/1997

Dispõe sobre a criação do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, e dá outras providências.

Decreto nº 13.798/1998

Aprova o Regulamento dos Parques Estaduais.

g) Legislação Específica: Unidades de Conservação

Leis

Lei nº 8.349/2003

Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta de Tubarão, na região de Diogo Lopes e Barreiras nos municípios de Macau e Guamaré no Rio Grande do Norte e dá outras providências.

Decretos

Decreto nº 13.500/1997

Aprova o Regulamento dos Parques Estaduais.

Legislação Estadual / CE - Ordem Cronológica

Meio Ambiente

a) Meio Ambiente - Políticas Nacionais e Legislação Geral

Constituição

Constituição estadual do Ceará

Dispõe sobre o meio ambiente no Estado do Ceará – Artigos 259 a 271

Leis

Lei nº 11.411/1987

Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e cria o conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, e dá outras providências.

Lei nº 12.367/1994

Regulamenta o artigo 215, parágrafo 1º, item g e o artigo 263 da Constituição Estadual que institui as atividades de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Lei nº 8.287/1999

Cria o Fundo de Defesa do Meio Ambiente – FUNDEMA.

b) Legislação Específica: Licenciamento ambiental

Portarias

Portaria SEMACE n° 201/1996

Estabelece normas técnicas e administrativas necessárias á regulamentação do sistema de licenciamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais no território do Estado do Ceará.

Resoluções

Resolução COEMA n° 20/1998

Estabelece diretrizes para a cooperação técnica e administrativa com os órgãos municipais de meio ambiente, visando ao licenciamento e a fiscalização de atividades de impacto ambiental local e dá outras providências.

Resolução COEMA n° 01/2000

Estabelece norma específica sobre as placas de identificação, indicativas de licenciamento ambiental pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE.

c) Legislação Específica: Fiscalização e auditoria ambiental

Leis

Lei n° 12.885/1997

Dispõe sobre a realização de Auditorias Ambientais e dá outras providências.

d) Legislação Específica: Recursos Hídricos

Leis

Lei n° 12.245/1993

Dispõe sobre o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNORH. E nova redação na Lei n° 12.664/1996

Portarias

Portaria n° 154/2002

Dispõe sobre padrões e condições para lançamento de efluentes líquidos gerados por fontes poluidoras.

e) Legislação Específica: Emissões Atmosféricas

Decretos

Decreto n° 20.764/1990

Dispõe sobre os padrões de qualidade do ar no território cearense.

f) Legislação Específica: Gerenciamento de Resíduos

Leis

Lei n° 13.103/2001

Dispõe sobre a política estadual de resíduos sólidos e dá providências correlatas.

Decretos

Decreto n° 26.604/2002

Regulamenta a lei n° 13.103, de 24 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a política estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Ceará.

g) Legislação Específica: Fauna e Flora

Leis

Lei n° 12.488/1995

Dispõe sobre a Política Florestal do Ceará e dá outras providências.

Lei n° 12.522/1995

Define como áreas especialmente protegidas as nascentes e olhos d'água e a vegetação natural no seu entorno e dá outras providências.

Decretos

Decreto nº 24.221/1996

Regulamenta a Lei nº 12.488, de 13 de setembro de 1995, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado do Ceará.

h) Legislação Específica: Unidades de Conservação

Leis

Leis nº 12.717/1997

Cria o Parque Estadual Marinho da Pedra da Risca do Meio. Localizado no município de Fortaleza.

Lei Municipal nº 040/1998

Cria a Área de Proteção Ambiental de Canoa Quebrada. Localizada no município de Aracati.

Lei Municipal nº 298/2000

Cria a Área de Proteção Ambiental do Manguezal da Barra Grande. Localizada no município de Icapuí.

Decretos

Decreto Municipal nº 479/1988

Cria a Área de Proteção Ambiental de Balbino. Localizada no município de Cascavel.

Decreto nº 20.253/1989

Cria o Parque Ecológico do Rio Cocó. Localizado no município de Fortaleza.

Decreto nº 21.349/1991

Cria o Parque Ecológico da Lagoa da Maraponga. Localizado no município de Fortaleza.

Decreto nº 12.717/1997

Cria o Parque Estadual Marinho da Pedra da Risca do Meio. Localizado no município de Fortaleza.

Decreto nº 24.216/1997

Cria o Parque Botânico do Ceará. Localizado nos municípios de Fortaleza e Caucaia.

Decreto Municipal nº 002/1998

Cria a Área de Proteção Ambiental da Praia de Ponta Grossa. Localizada no município de Icapuí.

Decreto Municipal nº 25.413/1999

Cria a Área de Proteção Ambiental – APA do Estuário do Rio Ceará. Localizada nos municípios de Fortaleza e Caucaia.

Decreto Municipal nº 25.355/1999

Cria a Área de Proteção Ambiental da Lagoa do Uruaú. Localizada no município de Beberibe.

Decreto nº 25.777/2000

Cria o Corredor Ecológico do Rio Pacoti. Localizado nos municípios de Aquiraz, Itaitinga, Pacatuba, Horizonte, Acarape e Redenção.

Decreto nº 25.778/2000

Decreta como Área de Proteção Ambiental - APA do Rio Pacoti. Localizada nos municípios de fortaleza, Euzébio e Aquiraz.

Decreto nº 26.777/2000

Cria o Parque Ecológico da Lagoa da Maraponga. Localizada no município de Fortaleza.

Decreto Municipal nº 2.7461/2004

Cria o Monumento Natural das Falésias de Beberibe. Localizado no município de Beberibe.

Portarias

Portaria nº 031/1999

Cria a Reserva Ecológica Particular Lagoa da Sapiroanga. Localizada no município de fortaleza.

Portarias

Portaria SEMACE nº 031/1997

Cria a Reserva Ecológica Particular da Logoa da Sapiroanga.

i) Legislação Específica: Pesca

Portarias

Portaria SUDEPE nº 14/1986

Proíbe o exercício da pesca de arrasto por embarcações maiores de 11 metros de comprimento, nas áreas costeiras do estado do Ceará.